

Prestando Contas: Saúde entrega quadrimestre a CMCG e recebe repúdio do CMS

O secretário Carlos Dunga Júnior acompanhado da equipe técnica da Secretaria da Saúde esteve na Câmara Municipal de Campina Grande para a prestação de contas do relatório resumido da execução orçamentária com demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Participaram da audiência na CMCG além do secretário, a coordenadora de Planejamento da Secretaria de Saúde, Elite Nunes, Clair Leitão, Contadora da Prefeitura Municipal e da Câmara, Ângela Carvalho e a presidente do Conselho Municipal de Saúde.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE

O secretário Dunga Jr., que está há dois meses à frente da Secretaria, disse que espera no seu quadrimestre poder estar presente na CMCG para fazer a apresentação de prestação de suas contas e repassou a fala para a contadora responsável pela apresentação de dados financeiros e econômicos da Secretaria de Saúde.

A Dra. Clair Leitão, destacou a importância da apresentação dos relatórios, promovendo a transparência, uma vez que a saúde demonstra o quanto tem aplicado durante o período, tanto com recursos próprios, como através de recursos que advém do Ministério da Saúde e do governo do Estado.



Foto: Josenildo Costa

Com relação ao primeiro quadrimestre, de janeiro a abril, informou que foram mais 229 milhões oriundos de impostos e transferências constitucionais. Deste montante, o município é obrigado por lei, a aplicar 15% na saúde, porém, empenhou cerca de 41 milhões, sendo aplicado 26%.

No segundo quadrimestre, que vai de julho até agosto, foram mais de 484 milhões, valores que são oriundos de impostos e transferências constitucionais de janeiro a agosto. Como montante empenhado, que se refere a despesa que o município se compromete na dotação orçamentária foram de 82 milhões, de liquidada, ou seja, aquela que foi efetivamente aplicada foram de 78 milhões e despesas que foram realmente pagas, foi no valor de 61 milhões. Nesse sentido, foram aplicados 31,24%, sendo o dobro da porcentagem que é obrigatória.

Dunga Jr., acrescentou que no relatório enviado aos vereadores, também se tem o detalhamento das despesas e dos valores, incluindo o que é destinado para os municípios que

fazem parte das referências de Campina Grande.



Foto: Josenildo Costa

Eliete Nunes, Coordenadora de Planejamento da Secretaria de Saúde, ressaltou que a Secretaria de Saúde é responsável pela assistência da 2ª macro região, sendo mais de um milhão de usuários que ficam atendidos dentro dos equipamentos de Campina Grande.

Com relação ao setor de planejamento, informou que tem feito habilitações no Hospital da FAP (porte 1 e 2, com previsão de porte 3), habilitação da Santa Clara no setor de otorrinolaringologia, que também está com planejamento para alta complexidade, o Hospital HELP que já foi habilitado nas suas UTI's (porte 3) e no setor de hemodiálise. Além disso, acrescentou que já providenciaram a habilitação na FOP, para glaucoma e outras habilitações de outros serviços, como no Hospital da CLIPSI e Hospital Universitário.

Ela também informou que o planejamento está à disposição de

qualquer prestador, quando este solicita a habilitação e se enquadra dentro das portarias de consolidação, sendo encaminhado para conclusão da habilitação. Sobre as emendas, disse que também passa pelo planejamento, onde realizam a inserção nos sistemas, contemplando quando o Ministério dá o aval e ao ter o recurso.

Concluindo sua fala, informou que a saúde de Campina Grande oferta mais de um milhão de atendimentos, considerando os grupos e subgrupos de ofertas e informou ainda que irão implantar o protocolo dentro dos equipamentos para que tenha uma solicitação médica qualificada, evitando solicitações desnecessárias e longas filas de espera. Eliete fez destaque a habilitação de serviços, o avanço nas policlínicas, na conquista de novos equipamentos e várias especialidades, para atender as demandas da cidade e dos municípios.



Foto: Josenildo Costa

O secretário Dunga Jr., concluiu a rodada de prestação de

contas, fez menção ao diálogo com o secretário de Estado da Saúde, Dr. Jhony, levando para ele a necessidade do município na área da oncologia, a maternidade – ISEA e as parcerias da tripartite.

Sobre o ISEA, disse que continua sendo uma instituição que acolhe Campina Grande e região, atendendo até de outros estados. Ele também destacou o serviço de excelência prestado pelos profissionais da instituição. Sobre a oncologia, com o Hospital da FAP como referência, ressaltou que precisam de mais espaços e mais contrapartida, assim como no Hospital Universitário. Por fim, ele informou que após diálogo com o Ministério da Saúde, estarão na próxima segunda-feira assinando um termo de cobertura para chegada de mais de 87 equipes de médico da família e mais 61 equipes de saúde bucal, contemplando 100% da atenção básica.

PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES

Pimentel Filho (PSD) solicitou mais informações da aplicação dos recursos, questionou sobre as transferências advindas de emendas parlamentares para o Hospital da FAP, uma vez que a instituição reclamou a ausência do recebimento dos recursos, sobre a ausência de atendimento e resolutividade no Hospital João XXIII, alegando que alguns pacientes são transferidos para o Hospital de Trauma, sobre a ausência do pagamento do piso da enfermagem em sua totalidade e para todos os servidores que possuem esse direito e citou as reclamações diárias por ausência de médicos nos postos de saúde. Além disso, o vereador relatou que no Distrito de Galante solicitou uma ambulância, mas foi informado que não havia combustível para o equipamento e por fim, questionou o motivo pelo qual o município não aderiu ao Programa Opera Paraíba, do Governo do Estado.



Foto: Josenildo Costa

Jô Oliveira (PCdoB) deu explicações sobre os motivos que levaram a realização da denúncia formal junto a Promotoria de Saúde, diante da ausência de prestação de contas do município no que diz respeito às ações e serviços da saúde e parabenizou o secretário Dunga pela sua presença, visto que a apresentação é dos quadrimestres em que o secretário ainda não estava à frente da pasta. Além disso, Jô relatou que acompanha as reuniões do conselho de forma periódica e que também não presenciou balancetes. Ainda sobre o Conselho, a vereadora disse que o que chega ao órgão são apenas informes do que será realizado pela secretaria, como exemplo, a implementação do Programa Saúde de Verdade. “É preciso começar a entender o que significa os órgãos de controle” – disse.

A vereadora também fez destaque sobre reclamações da falta de medicamentos de uso contínuo nos postos de saúde e perguntou quais são os motivos que ocasionam esse problema. Nesse sentido, Jô ressaltou que é preciso entender a ação que está

posta na lei, o que de fato é executável, o que o conselho consegue deliberar e aprovar e o que a Câmara consegue exatamente identificar, pois mesmo com várias audiências, quando se vai analisar a peça orçamentária, não se consegue perceber o que é recurso de Campina Grande e o que é oriundo de recursos federais.

Olimpio Oliveira (UNIÃO), tratou da causa animal, apresentando o que prevê a peça orçamentária de 2023, totalizando cerca de 3 milhões, sem a implementação da própria proposta orçamentária do município. O vereador destacou a reforma e requalificação do centro de zoonoses, mas que ao visitar o local, presenciou apenas a construção de duas pequenas estruturas de alvenaria e disse não entender como cabe mais de 1 milhão de reais de recursos na reforma. Além disso, citou a construção de hospital veterinário, o centro de resgate e ações para editais em termos de fomento com ONG's, que não foram realizados.

O vereador acrescentou que para 2024 existe a mesma expectativa, no entanto, com recursos inferiores e questionou o que ainda pode ser realizado neste ano, visto que existem diversos protetores independentes realizando o papel da prefeitura.



Foto: Josenildo Costa

Anderson Almeida (MDB) trouxe como primeiro tema, a destinação de emendas parlamentares para instituições que reclamaram não recebimento, mencionando as idas dos vereadores a Brasília em busca desses recursos. Além disso, informou que Campina Grande foi a única cidade do Brasil que não solicitou o aumento de teto MAC ao Ministério da Saúde e questionou se a cidade não precisa. O vereador também citou o nome de uma empresa, da área da odontologia, que se encontra com pagamentos atrasados por parte da prefeitura.

Sobre a hemodiálise na cidade, disse que as instituições mencionam que os valores são inferiores e sobre a pactuação na cidade, disse que existe o argumento que se gasta mais do que arrecada com a pactuação, mas questionou o motivo de não abrir mão para que outro ente faça o atendimento. Com relação ao Hospital João XXIII, o vereador reforçou que não recebem nenhum tipo de regulação, assim como o Hospital Universitário, sendo motivo de audiências públicas para tratar do tema e da

problemática que envolve as unidades.

O vereador Anderson acrescentou ainda sobre os relatórios do Tribunal de Contas, relacionados à 2021, que serão julgados no próximo dia 6 de fevereiro. De acordo com o vereador, dentro do próprio despacho do MP e do conselheiro do tribunal de contas, ele diz que a secretaria de saúde e a prefeitura, não cumpre o que é solicitado pelo Tribunal de Contas. “Esta CASA não pode ficar inerte quanto a isso” – disse.



Foto: Josenildo Costa

Alexandre Pereira (UNIÃO) destacou a atuação do secretário que tem trazido dinamismo e tem dado agilidade ao andamento, sendo visível a evolução da Secretaria de Saúde. Ele informou que em oito meses o governo municipal investiu na saúde 134 milhões, quando o valor mínimo era 72 milhões. Em seguida, com relação aos motivos que a gestão municipal não abre mão para que outro ente possa realizar o atendimento, mesmo gastando mais do que arrecada, o vereador questionou se eles poderão de fato

atender.

Outro tema trazido pelo vereador, foi sobre o marca passo, onde foi necessário à ida dos vereadores à Brasília, que conseguiram a alteração de portaria no Ministério da Saúde, para mudar os valores para adquirir o marca passo.

Concluindo, sobre o não pagamento para empresas prestadoras de serviços, se referindo à denúncia feita por um popular à vereadora Jô Oliveira, o vereador disse não entender essa possibilidade, visto que nunca recebeu reclamações de pagamentos e que se existisse tal inadimplência, o município não teria diversos prestadores interessados em licitação da prefeitura.

Renan Maracajá (Republicanos) fez um pedido ao corpo técnico da Secretaria de Saúde, para averiguar a situação do posto do Bairro do Jardim Paulistano, que fechou para reforma e que após entrega, os profissionais continuam sem realizar o atendimento, por ausência de material. Por fim, parabenizou o secretário Dunga Jr, por ter solucionado pequenos pagamentos envolvendo prestadores, diferentemente do gestor anterior que em mais de um ano não conseguiu resolver o problema.



Foto: Josenildo Costa

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ângela Carvalho, Presidente do Conselho de Saúde, fez uma fala técnica e embasada na lei que legalizou o Conselho e garantiu a participação popular junto ao SUS. Neste sentido, ressaltou que o Conselho é a primeira instância onde deve ser discutida as políticas públicas de saúde, mas que não recebeu o relatório da prestação de contas, apesar dos prazos para entrega e discussão de orçamento. Ângela reforçou o papel do Conselho, que deve acompanhar e avaliar a execução dos planos e orçamentos, do cumprimento de metas por parte da gestão, mas que o trabalho está sendo dificultado, deixando por este motivo, uma fala de repúdio diante da ausência de informações que não chegam ao órgão.

ESCLARECIMENTOS DO CORPO TÉCNICO

Dunga Jr., informou que as emendas parlamentares enviadas ao Hospital da FAP já tiveram suas parcelas quitadas e hoje está sendo realizado o pagamento do mês de novembro.

Sobre o João XXIII, disse que é necessário um termo de auditoria para ter informações do que foi mencionado. Com relação aos medicamentos dos postos de saúde, informou que estes serão reabastecidos até o dia 30 de janeiro de 2024.

Já em relação à denúncia de ausência de combustível para ambulância, disse que também irá avaliar, pois desde que assumiu a Secretaria não há contratos paralisados de combustível.

Sobre os questionamentos feitos pela vereadora Jô Oliveira, ressaltou o seu zelo pelos órgãos de controle e disse que está à disposição para qualquer esclarecimento.

Além disso, o secretário também convidou todos para conhecer o serviço de saúde mental que é prestado pela cidade, sendo motivo de orgulho para todos.

Com relação ao pagamento do piso de enfermagem, ele informou que recebeu cálculos incorretos, sendo necessário a nova coleta de dados, mas que os pagamentos já estão regulamentados. O secretário citou ainda os avanços na odontologia, sobretudo com a aprovação do projeto que aumenta os salários da categoria.

Em resposta aos temas trazidos pelo vereador Olímpio, informou que o valor de 240 mil que será destinado para ONG's, disse que está na fase de formalização de destinação dos recursos, visto que também existiam pessoas físicas para recebimento dos valores.

O secretário ainda enfatizou o plano de castração de animais de rua, que será realizado em parceria com as universidades, além da construção do hospital de enfermagem para os animais.

Dunga também citou a convocação de mais profissionais concursados, análise dos salários dos profissionais do SAMU e o pagamento em atraso de médicos prestadores, visto que os demais estão com seus pagamentos em dia. Sobre pagamentos

atrasados há 8 meses, mencionados pela vereadora Jô, o secretário disse não reconhecer, visto que não há paralisação em nenhum hospital por ausência de produtos.



Foto: Josenildo Costa

A Dra. Clair Leitão também prestou novos esclarecimentos, informando sobre a obrigatoriedade da gestão de apresentar o demonstrativo bimestralmente e rigorosamente dentro do prazo e que essas informações são apresentadas, estando à disposição de qualquer pessoa. Com relação a apresentação dos quadrimestres, disse que de fato o segundo quadrimestre está em atraso. Além disso, ela deu novas explicações sobre o detalhamento das receitas para o vereador Pimentel.

Eliete Nunes, sobre o que foi trazido pela presidente do Conselho Municipal de Saúde, com relação a apresentação do segundo quadrimestre, lembrando que houve a morte repentina do pai de uma funcionária, falecendo minutos antes da reunião e na ocasião foi necessário a paralisação da apresentação.

Nesse sentido, informou que diversas diretorias estiveram presentes e que a apresentação realizada hoje na CASA, será feita de maneira mais detalhada junto ao Conselho.

Com relação às perguntas que recebeu dos vereadores, informou que não existe adesão com o Opera Paraíba, pois quando foi apresentado no momento, Campina já oferecia os serviços ofertados. No entanto, caso o usuário queira ser atendido pelo Opera Paraíba, ela disse que existe um telefone disponível para esse atendimento e todos os pré-operatórios que realiza é o município.

Marinaldo Cardoso (Republicanos) disse que a obrigação de fazer a prestação de conta é a obrigação do gestor. Esse momento é diferente, a Câmara não é omissa nem relapsa e foi o secretário Dunga quem pediu a audiência.



Foto: Josenildo Costa

Pimentel Filho (PSD) parabenizou a auditoria do João XXII, e se quer entender o que acontece como João XXIII que junto com

o HU são um caso de polícia.

O presidente Marinaldo Cardoso disse que “a título de esclarecimento, estivemos com o Ministro da Saúde, do governo Bolsonaro e fizemos a solicitação para o aumento do MAC de Campina. Uma luta nossa também foi a questão do marca-passo, e estamos aqui para ajudar”.

Dunga Júnior – agradeceu por estar na Câmara e respondeu a vereadora Eva Gouveia que a vacina não foi repassada, e ainda tem vacina da gripe no posto do Catolé e no Centro de Saúde Francisco Pinto.

“Tenho o maior respeito pelo Conselho de Saúde, e peço desculpas. Aceito o repúdio e que minha ida ao Conselho já está marcada. Vou verificar o pleito de Renan. Falei com a ministra da Saúde e soube que não tem despacho da saúde para Campina, desde o mês de maio”.

O secretário agradeceu o espaço ao presidente Marinaldo, e afirmou que quer apresentar a sua prestação de contas daqui a quatro meses.

“A vida me reservou muitos momentos, quero deixar um legado para Campina. Quando cheguei a Secretaria encontrei represada fraldas e fitas glicêmicas, em quatro dias zeramos a falta das fraldas e vamos zerar as fitas glicêmicas. Não vou ter medo de olhar de frente pra ninguém”, concluiu o secretário.

O presidente Marinaldo informou que a Comissão de Saúde da Câmara está formada por Alexandre Pereira, a Dra. Carla e Pimentel Filho.

A sessão desta terça-feira (12) foi presidida por Marinaldo Cardoso (Republicanos) e secretariada por Renan Maracajá (Republicanos).

MINUTO DE SILÊNCIO

A vereadora Eva Gouveia (PSD) solicitou um minuto de silêncio

em memória póstuma à senhora Nícia Maria de Almeida Uchoa.

O presidente Marinaldo Cardoso antes de encerrar a sessão informou que vai protocolar o requerimento de título de cidadã campinense a contadora Clair Leitão, e convidou os vereadores para a sessão especial da noite desta terça-feira(12) e para a sessão ordinária da quarta-feira (13), a ser realizada em formato híbrido, a partir das 9h30.

DIVICOM/CMCG